

AFRICAN UNION  
الاتحاد الأفريقي



UNION AFRICAINE  
UNIÃO AFRICANA

---

P. O. Box 3243, Tel.: +251-11-5517700 Cable: +251-11-5517844 AU, Addis Ababa, ETHIOPIA  
Website: [www.africa-union.org](http://www.africa-union.org)

---

**CONSELHO EXECUTIVO**  
**11ª Sessão Ordinária**  
**25 – 29 de Junho de 2007**

**ACRA – GANA**

**EX.CL/358(XI)**

**RELATÓRIO SOBRE A EVOLUÇÃO DAS NEGOCIAÇÕES DOS  
ACORDOS DE PARCERIA ECONÓMICA (APE's)**

## **INTRODUÇÃO**

Quatro das CER's/Grupos Regionais têm vindo, desde 2002, a negociar Acordos de Parceria Económica (APE's) com a União Europeia (UE). Trata-se da CEMAC (África Central), da ESA/COMESA (África Oriental e Austral), da CEDEAO/UEMOA (África Ocidental), e da SADC (África Austral). No Acordo de Parceria de Cotonou (APC), a União Europeia e os países de África, Caraíbas e Pacífico (ACP) decidiram que os APE's não deviam ser apenas compatíveis com as normas da OMC mas servir essencialmente de instrumentos de promoção do desenvolvimento sustentável, de erradicação da pobreza e de integração efectiva dos países ACP na economia global. Foi igualmente decidido que os APE's deviam reforçar as iniciativas de integração regional nos países ACP.

Tendo em conta a importância dos APE's e das negociações da OMC para vencer o desafio do desenvolvimento em África num mundo globalizado, a Conferência de Chefes de Estado e de Governo da UA, na sua Cimeira realizada em 2003 em Maputo, Moçambique, deu instruções à CUA para coordenar os esforços dos países/regiões Africanas nas negociações internacionais sobre o comércio. Em conformidade com esta directiva, e em colaboração com as CER's/Grupos Regionais Africanos, foram formuladas posições comuns Africanas que foram apresentadas aos órgãos políticos da União Africana para consideração e decisão. Estes esforços conduziram às várias Declarações sobre os APE que foram adoptadas pelos Ministros do Comércio da União Africana e aprovadas pelo Conselho Executivo e Cimeira (Maurícias - 2003; Kigali - 2004; Cairo - 2005; Nairobi - 2006 e Adis Abeba - 2007).

As negociações dos APE's estão agora numa fase decisiva. De acordo com o APC, as negociações devem estar concluídas até fins de 2007 para os APE's entrarem em vigor a partir de 1 de Janeiro de 2008. Este relatório apresenta os últimos desenvolvimentos nas negociações dos APE e algumas questões que ainda requerem a atenção dos órgãos políticos da União Africana.

### **Últimos desenvolvimentos e principais questões pendentes nas negociações dos APE's**

Em Janeiro de 2007, a Conferência de Chefes de Estado e de Governo da União Africana adoptou, na Cimeira de Adis Abeba, uma Declaração sobre os APE's na qual pediam a extensão do prazo para a conclusão das respectivas negociações devido aos limitados progressos registados, especialmente nas questões relevantes e que exigem particular atenção de África. Outro facto que justifica o pedido de extensão do prazo é também o atraso na conclusão da Ronda de Doha das negociações da OMC, cujas normas deviam ser compatíveis com os APE's.

Os relatórios que chegam à Comissão da UA indicam que após a Decisão da Cimeira de Janeiro de 2007, os negociadores Europeus lançaram uma ofensiva com o objectivo de levar os Grupos de negociação Africanos a finalizar as negociações dos APE até Dezembro de 2007, utilizando o argumento de que sem os APE's, os acordos comerciais Africa-UE teriam de ser regidos pelo GSP, ao abrigo do qual os produtos que o mercado da UE importa de África pagam mais impostos do que no quadro da Convenção de Lomé, por causa da obrigação da EU prevista no quadro do APC de, no caso de fracasso dos APE's, dotar os ACP de um regime comercial que não seja inferior aos acordos de Lomé e não ponham em causa os esforços para reduzir a pobreza. Em recentes declarações ministeriais conjuntas concedidas pelos grupos de negociação ACP e a Comissão Europeia, as partes decidiram concluir os APE's em 2007.

Convém notar que a posição da CE (os negociadores da UE) sobre os APE's nem sempre coincidiu com a de muitos Estados-membros da UE, do Conselho e do Parlamento Europeus, sendo que o último parece mais favorável à posição pró desenvolvimento dos países ACP sobre os APE's. Nas conclusões adoptadas pelo Conselho dos Assuntos Gerais e Relações Externas a 15 de Maio de 2007, os Estados-membros reiteraram o seu compromisso político de garantir que os APE's devem servir de instrumentos de desenvolvimento a favor dos países ACP e que se deve reduzir com urgência o fosso entre as posições Europeia bem como entre os Estados-membros e os negociadores e que os negociadores Europeus deviam conformar-se estritamente com as declarações dos Estados-membros da UE e do Conselho e Parlamento Europeus. Uma maior sensibilização dos principais protagonistas Europeus quanto à necessidade de fazer com que os APE's sejam instrumentos chave de desenvolvimento pode contribuir para alcançar este objectivo.

Até agora, entre as CER's/Grupos de negociação dos APE's com a UE, só a ESA iniciou negociações com a UE com base em documentos. No seu 11<sup>o</sup> Fórum Regional de Negociação e no 7<sup>o</sup> Conselho de Ministros do Comércio realizados em Maio de 2007 em Nairobi, Quénia, o Grupo ESA, ao indicar que ainda havia muito trabalho por fazer, afirmou o seu compromisso de concluir as negociações dos APE's com a UE em Dezembro de 2007 nas duas áreas de acesso ao mercado e de desenvolvimento. Relativamente ao Grupo da África Ocidental, embora a Cimeira de Chefes de Estado e de Governo, realizada em Janeiro de 2007, tivesse solicitado uma prorrogação de 3 anos do prazo para a conclusão das negociações dos APE's, numa reunião realizada em Bruxelas com a parte Europeia a 5 de Fevereiro de 2007, o Grupo comprometeu-se a assinar um acordo em Dezembro de 2007, embora com a condição de que os programas dos APE's e o seu financiamento seriam uma condição prévia para a assinatura. Nas negociações dos APE's com a UE, a CEMAC indicou que um período de transição de 25-30 anos para a implementação dos APE deveria ter em conta as economias e as estruturas sociais frágeis dos Estados-membros. Concordou com a parte Europeia de que resta ainda muito por fazer e que o

trabalho deve ser acelerado com vista a se cumprir o prazo de Dezembro de 2007. Numa reunião UE-SADC sobre os APE, realizada em Gaborone, Botswana, a 6 e 7 de Março de 2007, ambas as partes se comprometeram a concluir as negociações antes do fim de 2007. A UE aceitou a inclusão da África do Sul no APE da SADC com a condição de que a oferta de acesso ao mercado relativamente à África do Sul e aos outros Membros da SADC devia ser diferenciada para ter em conta a competitividade da África do Sul.

Parece que sob pressão da Comissão Europeia, todos as Regiões/Grupos Africanos que estão a negociar APE com a UE se comprometeram a concluir as negociações até fins de 2007. Este compromisso é assumido apesar do facto de algumas questões importantes que garantem que os APE's devem servir de instrumentos para a promoção do desenvolvimento sustentável e erradicação da pobreza (tal como estabelecido no APC) ainda não estarem devidamente tratados. Estas questões incluem a necessidade de afectação, numa base previsível, de recursos adequados, independentemente do FED, para acelerar a transformação das economias Africanas, construir as capacidades de oferta e de comércio dos países e financiar os custos de ajustamento ligados aos APE's. Tendo em conta que os APE's deverão construir e reforçar as iniciativas de integração regional dos países ACP, é necessário igualmente dar maior atenção ao reforço das capacidades das iniciativas (formulação e implementação de políticas regionais, promoção de infra-estruturas regionais para maior interligação e competitividade, etc.) antes da liberalização do comércio entre a UE e os países ACP. Qualquer período de transição para a liberalização do comércio entre a Europa e a África no quadro dos APE's que seja inferior ao fixado pelos países Africanos para a sua própria liberalização do comércio, não pode ser considerado como sendo a favor do desenvolvimento ou que reforce o processo de integração dos continentes. Um problema adicional para o processo de integração de África surgiu da falta de coerência entre as configurações geográficas de África dos APE's e das CER's reconhecidas pela UA.

O desafio que a África enfrenta actualmente nas negociações dos APE's é o de garantir que os resultados das negociações tomem em devida conta os interesses e preocupações dos países e que os APE's que forem concluídos sejam verdadeiros instrumentos de desenvolvimento, o que requer que todas as questões importantes relativas ao desenvolvimento sejam aceleradas antes da conclusão das negociações. Exige igualmente que a UE e a CE analisem seriamente a adopção de medidas de transição para garantir que depois de 2007 as exportações dos ACP para a UE não sejam interrompidas.

À luz dos recentes desenvolvimentos, e em conformidade com o mandato de coordenação que recebeu da Cimeira, a CUA tenciona convocar uma reunião dos Chefes de Negociação e outros intervenientes das CER's/Grupos que estão a negociar APE's com a UE, para analisar os progressos, trocar experiência sobre as negociações e reflectir sobre o caminho a seguir para a conclusão de

APE's orientados para o desenvolvimento. Entre as questões a serem tratadas incluem-se o âmbito de uma negociação faseada e quais os aspectos de desenvolvimento e de acesso ao Mercado é que podem ser tratados correctamente até Dezembro de 2007 enquanto que negociações sobre outras questões ultrapassam esse prazo; propostas sobre como e quando é que questões pendentes devem ser tratadas, especialmente aquelas de grande interesse para os países Africanos; e a necessidade de se preservar a unidade de África nos APE's e evitar decisões que dificultem a realização de um Mercado Comum Pan-Africano, tendo em conta o compromisso assumido pela UE na Estratégia Africana de lidar com a África como uma África unida e de apoiar a unidade do continente e o seu processo de integração.

### **RECOMENDAÇÕES**

A CUA faz as seguintes recomendações à consideração do Conselho Executivo:

1. Envolvimento e sensibilização da parte Europeia ao mais alto nível das estruturas de liderança política quanto às preocupações e interesses de África nas negociações dos APE's. O Presidente da UA/Presidente da CUA devem ser envolvidos no exercício.
2. Tratamento adequado de questões importantes, nomeadamente as relacionadas com as dimensões de desenvolvimento dos APE's, antes da conclusão das negociações e assinatura dos APE's.
3. Adopção de medidas pela UE para salvaguardar a entrada permanente de exportações Africanas para o Mercado da UE depois de 2007, se as negociações dos APE's não forem concluídas com êxito em Dezembro de 2007.
4. Uma Reunião Conjunta da CUA e das CER's/Grupos de Negociação Africanos para analisar os progressos e problemas surgidos nas negociações dos APE's e apresentação de um relatório sobre as medidas preconizadas para consideração da Conferência dos Ministros Africanos do Comércio e outros órgãos políticos da UA.

**AFRICAN UNION UNION AFRICAINE**

**African Union Common Repository**

**<http://archives.au.int>**

---

Organs

Council of Ministers & Executive Council Collection

---

2007

# Progress report on the economic partnership agreements (EPAs) negotiations

African Union

African Union

---

<http://archives.au.int/handle/123456789/4472>

*Downloaded from African Union Common Repository*